

CONSELHO FISCAL

ATA DA 475ª (QUADRINGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA – IPSERV.- EXERCÍCIO 2024

Seguindo a programação estabelecida para as reuniões do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba, às 9 horas do dia vinte e seis de abril do ano dois mil e vinte e quatro, estiveram presente na Sede do Ipserv, o Sr. Carlos Cezar Gonzaga, Presidente do Conselho, Luzia Cristina da Silva, Vice Presidente e Josiani Lança de Azevedo Secretária. Representando de forma espontânea o Instituto, compareceram o Sr. Marcio Adriano Oliveira Barros, Presidente e a Sra. Bianca Cardoso de Sousa Prata Vidal Diretoria Executiva. Iniciando os trabalhos, Luzia expressou o desejo de acompanhar mais de perto a execução do orçamento do Ipserv, pois, notou diferenças ao comparar os meses iguais de anos diferentes. Márcio explicou que essa variação ocorre devido aos repasses não serem feitos nos meses corretos, mas que ao final do ano esse valor deve se equilibrar. Josiani questionou sobre os valores em aberto referente ao repasse do aporte da Codau. Bianca complementou, dizendo que são três meses em atraso. Em seguida, Márcio esclareceu que já entrou em contato com a Codau e reiterou a cobrança. A Codau solicitou mais informações, as quais o Ipserv repassou, e o próximo passo seria transmitir essas informações para a Diretora Financeira, Cristiane. O Presidente do Ipserv acrescentou que se trata de um valor substancial, de 433 mil reais, correspondente às competências de janeiro, fevereiro e março de 2024, que ainda não foram pagas, e sem esse valor, não é possível liquidar os processos relacionados às verbas variáveis da Codau. A vice Presidente do conselho diz ser necessário dar uma atenção especial à dívida flutuante, pois, há diversas pendências em aberto. Márcio argumenta que este ponto já está sendo monitorado e destaca um exemplo significativo: a conta de estoque de peças de veículos que não existe mais, mas que não foi baixada, e que criou a motivação na forma obtenção da meta do plano de carreira a baixa de determinadas contas para resolução. No item 2 da pauta, fala sobre as aplicações financeira Carlos pontuou que, embora exista uma empresa responsável por fornecer orientações, como a CredMercado, e apesar de haver outras influências, como a do comitê de investimento, houve uma perda no exercício atual de R\$ 181.117,81 e no anterior de R\$ 1.615.667,48 em renda variável. Ele argumentou que a empresa falhou nesse aspecto; deveria ter orientado no passado a troca de parte dos investimentos mais voláteis por opções momentaneamente mais conservadoras, dado que era evidente que as ações iriam oscilar Carlos destacou que a consultoria não visa apenas aumentar os ganhos, mas também diminuir as perdas. Marcio explicou que está trabalhando intensamente, com mais de 80% dos investimentos aplicados em renda fixa, uma carteira extremamente conservadora. Ele também mencionou que dentro dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) existe uma legislação específica, com métodos específicos de avaliação, e nos meios especializados não se fala em perdas, mas sim em deixar de ganhar temporariamente, já que isso pode ser revertido rapidamente. Ele exemplificou que em fevereiro, o índice da renda variável ajudou a manter o equilíbrio. Bianca ressaltou que, mesmo com essa turbulência, as orientações dos analistas de outras instituições e também da CredMercado são favoráveis a investir um pouco de capital em renda variável todos os meses para aumentar a posição gradualmente. Marcio acrescentou que, se computarmos os rendimentos variáveis desde o investimento inicial até hoje, já houve ganho, e o que importa é o resultado final, razão pela qual se monta uma carteira diversificada. Ele explicou que fez uma pesquisa entre outros RPPS e que o Ipserv

está dentro de uma margem aceitável, mas não pode haver distanciamento. Bianca completou que, no mês de abril, solicitou um estudo e uma análise de toda a carteira de investimento, e foram propostas várias alocações já aprovadas pelo comitê de investimento, que estão sendo implementadas em maio, inclusive na renda variável. A renda variável faz com que o Ipserv bata a meta proposta e se deixar tudo na renda fixa com juros caindo não entrega meta, por isso mescla a renda variável. Passando para a análise dos balanços, o Presidente do Conselho Fiscal, destacou, a existência no ativo permanente o valor de 4 milhões, Marcio explicou que este valor e a contabilização do imóvel do Jockey como futura instalação da sede, diferente da contabilização do Imóvel anteriormente ocupado pela Eletrosson foi classificado como investimento, pois está destinado à locação. Na continuação da análise dos balanços, Carlos perguntou qual é a origem da diferença de quase 78% de aumento no passivo não circulante. Marcio atribuiu esse significativo acréscimo de um ano para outro à mudança da empresa que está prestando serviço para o Ipserv e à alteração na metodologia. Ele explicou que a avaliação autorial ainda não está completamente pronta, mas a reserva já foi feita devido ao prazo estabelecido. Seguindo com a análise dos itens da pauta, o presidente do conselho ressaltou a importância de verificar documentos em arquivos físicos. No entanto, foi esclarecido que toda a documentação é atualmente realizada através de sistemas online, e que para isso o Ipserv utiliza dois sistemas distintos: o Sisprev, para compras, e o GRP, para empenho. O próximo ponto abordado pela vice-presidente do conselho refere-se aos restos processados e não processados que constam no balanço. Marcio esclareceu que estes têm um prazo prescricional de pelo menos 5 anos, após os quais podem ser cancelados. No entanto, é importante notar que o credor não perde o direito, e se ele reivindicar esse direito posteriormente, serão incorridas novas despesas com a natureza do exercício anterior. Prosseguindo, Luzia levantou a questão de que na página 92 consta um relatório com vários nomes de pessoas que estão solicitando a devolução do valor que contribuíram quando seus salários eram mais altos, (relativo a verbas variáveis), cerca de 180 mil reais, o que ela considera bastante elevado Márcio esclareceu que, embora já tenha sido pago muito, a previsão é de cerca de 5 milhões de reais, e que esse cálculo considera apenas os direitos dos últimos cinco anos. Ele destacou que uma das primeiras ações de sua gestão foi aprovar uma lei para que o servidor pudesse fazer esse requerimento administrativamente, uma vez que o Juiz já havia reconhecido esse direito. Isso visava reduzir tanto o número de processos judiciais quanto a quantidade de servidores que precisam recorrer a esse meio, pois muitas vezes os advogados não explicavam adequadamente a situação do servidor, o que poderia prejudicá-lo em sua aposentadoria. Na continuação da verificação documental da pasta colocada com de costume a disposição para o conselho, houve a interpelação de Carlos a respeito da falta de escritura lavrada e somente documento de Cessão de Direito do imóvel, o Presidente o Ipserv esclareceu que o imóvel foi comprado compulsoriamente em forma de desapropriação para o interesse público que, atualmente, não há tal documento devido a questões de averbação, mas que estão em processo de regularização, e que há um termo de doação ao Ipserv, O presidente do Conselho fiscal também questionou sobre o valor lançado no balanço patrimonial do imóvel na Leopoldino de Oliveira Márcio, explicou ser o valor histórico, que veio junto com Ipserv Outra inquirição de Carlos foi a respeito da condição do citado imóvel após o abandono do locador, a resposta do Presidente do Ipserv foi que após a saída eles fizeram limpeza, e que vai entrar na justiça contra eles, e que vai cobra os alugueis desde a saída que foi em maio ate a entrega da chave em setembro, e por fim “Em se tratando do parecer mensal do Comitê de Investimentos, elaborado pelo Gestor de Recursos e aprovado pelo Comitê de Investimentos, este conselho, por unanimidade, aprova o parecer do Comitê de Investimentos do mês de março de 2024”. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, a sessão foi

encerrada. Eu, Josiani Lança de Azevedo, Secretária do Conselho Fiscal, lavrei a presente Ata e assino com os demais.

Uberaba, 26 de abril de 2024.

Carlos Cezar Gonzaga
Presidente do Conselho

Luzia Cristina da Silva
Vice Presidente

Josiani Lança de Azevedo
Conselheira Secretária

Marcio Adriano Oliveira Barros
Presidente do IPSERV

Bianca Cardoso de Sousa Prata
Diretoria Executiva